

Coluna do Castello

O que Sarney anda pensando

ENTRE o sonho do poeta, capaz de imaginar que o Brasil chegará “ao século XXI liberto de todas as dependências”, e a realidade que agride o governante, obrigado a suplicar por “uma retaguarda política solidária”, produziu o presidente José Sarney o fato mais importante da reta final da campanha eleitoral que empolga o país. Em entrevista publicada na edição desta semana da revista *Veja*, concedida aos jornalistas José Roberto Guzzo e Elio Gaspari, Sarney insinua alguns dos reajustes que sofrerá a reforma econômica que deu origem ao cruzado e se previne contra o desejo acalentado pelo PMDB por mais espaço dentro do governo.

A posse e o exercício efetivo do poder parecem ter esclarecido Sarney sobre a real situação do país, que, na presidência do PDS, não se lhe retratava tão trágica. “O que nós tínhamos era uma nação à beira da convulsão social. Antes da Nova República eram constantes os assaltos e os saques a supermercados por problemas de fome. O povo estava desempregado e desesperado”, confessa o presidente. A inflação de fevereiro passado, a última do cruzeiro revogado, empurrava o Brasil para uma conjuntura de absoluto desgoverno. Salvou-se a adoção do cruzado, “que não é fim em si mesmo, é um meio” — e, como tal, sujeito a correções.

No país do cruzado apreendido pelo presidente do seu gabinete no Palácio do Planalto, “quem não tinha como se alimentar direito agora pode comprar comida. Quem não conseguia vestir a família como convinha, hoje compra as roupas de que precisa e assim todos melhoraram um pouco”. Se há produtos em falta, deve-se, segundo Sarney, à incorporação ao mercado de milhões de novos consumidores. O ágio quase institucionalizado não o preocupa: “Pobre não paga ágio. Vai para a fila e espera. Quem está disposto a pagar mais, quem não se interessa pelo tabelamento, são apenas determinados segmentos da sociedade.”

Para um país onde mais da metade da população economicamente ativa ganha até dois miseráveis salários mínimos e onde mais de 50% dessa fatia não passa de um salário mínimo, a única receita possível é crescer. Crescer e crescer mais, determina o presidente. “Temos, simplesmente, de aumentar a produção para atender às necessidades de todos.” A conta do crescimento será paga “por quem pode ter prejuízo”. Sarney diz que não vê “nada de errado em se consumir”. Diz mais: “Acho que quanto mais

gente consumir, melhor. Passamos a ter um mercado interno grande e poderoso, que nos dá base sólida para crescer.”

Aparentemente, situa-se, assim, em total desacordo com os que integram a área econômica do seu governo, ocupados em criar fórmulas para desaquecer a demanda. Ali, o consumismo de uma população que passou a ganhar mais e que se livrou, pelo menos por ora, do fantasma de uma inflação que batia, a cada mês, seu próprio recorde, é culpado por um conjunto de fatores negativos destinados a atrapalhar as festas de fim de ano do governo. O superávit da balança comercial em outubro foi o mais baixo desde janeiro. O nível das reservas de divisas do país caiu para pouco menos de 5 bilhões de dólares — uma queda de quase 2,5 bilhões em relação ao final de 1985.

Some-se, ainda, um índice expurgado de inflação que, apesar do cruzado, raspou a casa dos 2% no mês passado. Naturalmente, esse país fica de fora da análise otimista oferecida pelo presidente às vésperas de uma eleição que, assegura, não alterará a composição do seu ministério. “Eu estou convicto: aumento de impostos não é poupança”, decreta. Ou esqueceram de avisar ao presidente que ele será obrigado a adotar medidas duras e impopulares para diminuir o ritmo de crescimento do país e obter recursos para investir, ou Sarney preferiu negar hoje o que amanhã, fatalmente, será obrigado a fazer.

De passagem, o presidente admite reajustes nas tarifas públicas de alguns setores. Justifica-os: “Manter tarifas baixas e cobrir diferenças com ardis ou com queda nos serviços é iludir o povo.” Admite, também, que os índices que calculam a inflação deverão mudar uma vez mais — a quarta ou a quinta vez no seu governo. Não diz, mas técnicos do governo defendem que a inflação seja calculada, apenas, sobre os preços de uma cesta básica de produtos que o economista Edmar Bacha, presidente do IBGE, não consegue ver com realismo, nem tão cedo, de que modo seria convenientemente embrulhada.

Para driblar pressões por uma reforma do governo depois de domingo, o presidente reduz a importância das eleições “às circunstâncias de brigas políticas locais”. Argumenta que formou o atual ministério levando em conta o equilíbrio de forças entre o PMDB e o PFL e que ele responde pelo resultado eleitoral a ser conquistado. Alerta, ainda, para a necessidade de se concluir a transição democrática — e ao mesmo tempo em que não mostra preocupação com o tamanho do seu mandato, apela, diretamente, para o povo, “que não faltará ao presidente”. O povo que sustentou o cruzado é a esperança de Sarney para atravessar os próximos difíceis meses.

Ricardo Noblat
(interino)